



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

BIODIVERSIDADE AMAZÔNICA SOB O CAPITALISMO GLOBAL: MERCANTILIZAÇÃO E RESISTÊNCIA

Roberta Cristina de Oliveira Soares¹; Ricardo Thomaz Santos;² Nirvia Ravena de Sousa³

¹ Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - UFPA, robertacris@gmail.com

² Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - UFPA, ricardosantos.adv@gmail.com

³ Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - UFPA, niravena@uol.com.br

GT 07: Crise ambiental global, capitalismo histórico e sistema-mundo

RESUMO

A Amazônia, um dos maiores reservatórios de biodiversidade do planeta, tem se tornado centro das disputas contemporâneas em torno da conservação ambiental, da soberania territorial e da expansão do capitalismo global. Este artigo propõe uma análise crítica sobre como a biodiversidade amazônica tem sido progressivamente mercantilizada, transformada em ativo econômico sob o discurso da sustentabilidade e integrada aos circuitos do capital financeiro internacional. Através de mecanismos como os mercados de carbono, os pagamentos por serviços ambientais e a bioprospecção corporativa, as ESG's (Environmental, Social and Governance) inaugura-se uma nova etapa do extrativismo que reafirma a lógica de acumulação por expropriação de periferias do sistema-mundo. O artigo adota uma metodologia qualitativa, baseada em revisão crítica da literatura, buscando conectar as dimensões estruturais do capitalismo global com as formas locais de gestão e resistência territorial. Ao final, argumenta-se que enfrentar a crise ambiental não exige apenas soluções tecnológicas ou de mercado, mas a superação dos fundamentos do próprio sistema-mundo capitalista, que transforma a natureza em mercadoria e a vida em lucro. É necessário também para superar tal crise a valorização do conhecimento tradicional das comunidades, bem como o monitoramento participativo dessas comunidades em relação a sua biodiversidade.

Palavras-chave: Biodiversidade amazônica, conhecimento tradicional, capitalismo global



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Destaques (highlights)

- A biodiversidade amazônica está sendo progressivamente convertida em ativo financeiro por meio de instrumentos como créditos de carbono e serviços ecossistêmicos, reproduzindo a lógica extrativista do capitalismo global;
- As dinâmicas de mercantilização da natureza reforçam a posição periférica da Amazônia no sistema-mundo, acentuando desigualdades e dependências históricas.
- A apropriação da biodiversidade sob o discurso da sustentabilidade esvazia a participação das comunidades locais e perpetua formas neocoloniais de controle sobre os territórios.
- Iniciativas de resistência promovidas por povos indígenas e comunidades tradicionais propõem outras formas de relação com a floresta, baseadas na reciprocidade, autonomia e justiça ecológica.

INTRODUÇÃO

Dotada de cerca de 10% da Biodiversidade do planeta, a Amazônia Legal abriga: 18% das espécies de plantas vasculares; 34% dos mamíferos; 20% das aves; 13% dos peixes de água doce (sendo 58% destes endêmicos); e 8% dos anfíbios encontrados na Terra (Ayres e Clutton-Brock, 1992). Desde o período colonial, a Amazônia no sistema-mundo (Wallerstein, 1974;1980;1988) recebe expedições científicas oriundas da Europa para exploração de sua riqueza em sociobiodiversidade. Coleções botânicas e faunísticas, nessas viagens, eram registradas de acordo com o modo de vida dos habitantes dos territórios associados aos recursos naturais (descritos e apresentados através de representações visuais). Gravuras e ilustrações de cada espécie eram acompanhadas de relatos acerca de seus usos pelos habitantes dos territórios. La Condamine foi o primeiro cientista a percorrer o Rio Amazonas em sua volta de uma expedição geodésica iniciada em Quito; recolhendo farta quantidade de material botânico e faunístico pertencentes ao bioma. O Padre João Daniel, em sua obra “Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas”, brinda seus leitores com registros do período colonial, onde a diáde homem-natureza não apresenta fracionamentos; dando enfoque ao acesso e uso de espécies da fauna e flora amazônica como elementos importantes na descrição das paisagens por ele visitadas. Outro naturalista que também compõe os primeiros registros de espécies da região amazônica, Alexandre Rodrigues Ferreira (reconhecido por suas contribuições na geologia, na



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

botânica, na zoologia e na etnologia) também mesclou, em seus estudos, os acessos e usos dos recursos botânicos e faunísticos às dinâmicas sociais e culturais das populações que ocupavam os territórios amazônicos percorridos por ele na “viagem filosófica” que empreendeu.

A Amazônia, então, é vista, desde o período colonial, como um repositório de espécies. Como um território, portanto, que pode ser acessado a qualquer momento desde que haja necessidade por parte do Sistema Mundo (Wallerstein, 1974; 1980; 1988). Assim, é importante destacar essa perspectiva na presente proposta, pois, desde sua inserção no Sistema Mundo no período colonial, a Amazônia tem sido um espaço tratado como alheio a ele mesmo e aos povos e comunidades que ancestralmente o habitam. Evocada em períodos distintos no sistema mundo, é a partir da constatação de sua importância enquanto território, onde a biodiversidade é distinta e tem valor em si mesma, é que a Amazônia passa a ser vista como estratégica para a manutenção da vida no planeta (Dirzo e Raven, 2003; Mittermeier et al., 2003).

Este artigo tem como papel principal realizar uma crítica a essa tendência cada vez mais atual da financeirização da biodiversidade. A reflexão parte da teoria do sistema-mundo de Immanuel Wallerstein para compreender como a Amazônia permanece estruturalmente inserida na posição periférica da economia global, mesmo quando assume nova centralidade estratégica na era das emergências climáticas e crises ambientais globais. A financeirização da biodiversidade é apresentada como uma forma sofisticada de domínio que articula interesses de corporações transnacionais, instituições multilaterais e setores estatais, deslocando as práticas de conservação da floresta para moldes mercantis. Essa tendência reforça desigualdades históricas e atualiza formas coloniais de apropriação da natureza e dos saberes locais.

No entanto, o processo não é isento de conflitos e resistências. Comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e movimentos socioambientais têm se posicionado contra tais processos, denunciando os impactos sociais, culturais e ecológicos desses modelos de “economia verde”. Em suas práticas territoriais, emergem alternativas concretas que recusam a lógica da mercadoria e reafirmam a biodiversidade como bem comum, fundado em relações de reciprocidade, cuidado e continuidade histórica.

A AMAZÔNIA E O SISTEMA-MUNDO

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Segundo Wallerstein (1974), a estrutura internacional do trabalho, partindo do conceito de divisão internacional do trabalho, é a base da estrutura capitalista. Wallerstein elabora a tese central de sua obra, enunciando que a componente principal dessa estrutura resulta na divisão do mundo em três estamentos hierárquicos: centro, periferia e semiperiferia. Nessa divisão, formada a partir dos primórdios do capitalismo ocidental, os países ocupam uma função na ordem produtiva capitalista, sendo que os países centrais ocupam-se da produção de alto valor agregado, os periféricos fabricam bens de baixo valor e fornecem commodities e matérias-primas para a produção de alto valor dos países centrais e, por fim, os países da semiperiferia, ora comportam-se como centro para a periferia, ora como periferia para os Estados centrais, tendo um papel intermediário.

Esse padrão de troca desigual cria uma relação de dependência entre os países periféricos e os do centro, acentuando essa diferença econômica e fazendo com que esses Estados periféricos se tornem dependentes de empréstimos e de ajuda financeira e humanitária dos países centrais. Neste quesito, a Teoria do Sistema Mundo (TSM) de Wallerstein se aproxima da Teoria da Dependência marxista. Esta coloca sua ênfase na criação de relação estrutural de dependência.

A Amazônia sempre foi vista como repositório de espécies que podem ser acessadas pelo Sistema-mundo. Países centrais se beneficiam, pois estando bem posicionados no mercado nacional e internacional, buscam mercantilizar a biodiversidade amazônica que há séculos é protegida pelas comunidades e povos tradicionais. O capital adentra as comunidades, capturam seus conhecimentos sem repartir com seus membros os benefícios previstos nos dispositivos da Lei 13.123/2015 – responsável pela regulação do acesso ao conhecimento tradicional associado à biodiversidade (Ravena et al, 2020).

Portanto, o Sistema-mundo continua atual e tal prática está muito presente, fortalecendo a mercantilização da biodiversidade e dos seus saberes. É necessário tal discussão para se aprofundar as raízes dessa problemática e minimizar os efeitos nocivos àqueles que são vítimas do descaso do capitalismo global, onde sua devida importância só está reservada a exploração e nunca ao desenvolvimento real dos povos da floresta.

MECANISMOS DE MERCANTILIZAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

O Mercado, cada vez mais, tem se imiscuído nas dinâmicas institucionais. Empresas operam seus interesses através de ferramentas disponíveis nas capacidades estatais que se encontram nas dimensões federativas para fortalecer as trajetórias setoriais que atendem suas necessidades. Segundo Lohmann (2009) o mercado de carbono, pensado inicialmente como solução a crise climática global, nada mais é que uma nova modalidade de mercantilização dos recursos naturais, reduzindo a uma lógica de lucro dentro do capitalismo. Os mercados de carbono criam mercadorias fictícias, como crédito de emissões futuras, com base em modelos e especulações incertas e com isso ao invés de reduzir emissões, os mercados reorganizam a responsabilidade ambiental permitindo que grandes poluidores continuem a emitir ao “compensar” suas emissões.

Polanyi (1944) já era profético no pós-guerra sobre a mesma discussão. Polanyi observou que a mercantilização generalizada da terra estava entre "os empreendimentos mais estranhos dos nossos ancestrais". Tornar a terra permutável, ou "líquida", permitiu a mobilização de capital e desempenhou um papel fundamental na revolução industrial. No entanto, a menos que a mercantilização tivesse sido controlada e evitada, Polanyi insistiu que isso teria resultado na "demolição da sociedade". Qualquer mecanismo que, em casos extremos, pudesse resultar na compra e acumulação de terras em qualquer quantia por qualquer pessoa com dinheiro suficiente, e então usada para qualquer propósito e trocada por qualquer coisa com qualquer pessoa em qualquer quantia, tinha tendências intrínsecas a destruir o conhecimento e as instituições de administração que garantem a alimentação sustentável, abrigo e outras necessidades de sobrevivência, isto é, a verdadeira sustentabilidade. A terra não pode ser "consumida", mas precisa ser reutilizada e renovada produtivamente.

Assim como o mercado de carbono, as ESG's são mais um mecanismo do capital global para exploração regulamentada de recursos. Lohmann (2009) e Polanyi (1944) destacam o conceito de mercado de incertezas. Assim como o carbono não é factível, concreto a ser negociável e mercantilizado, as ESG surgem com a mesma proposta, pois o dispositivo das ESG's se baseia e se estrutura como alternativa voluntária à regulação estatal. O Estado procura ao implementar as ESG's reconhecer os problemas ecológicos, mas restringir as soluções ao âmbito privado e financeiro, transferindo a responsabilidade de proteção da biodiversidade aos próprios extrativistas da mesma. Tal dispositivo está equiparado ao mercado de incertezas (Lohmann, 2009; Polanyi, 1944) pois os próprios exploradores (commodities) recebem o



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

benefício de ajustar as práticas de conservação da biodiversidade que eles mesmos destroem, facilitando com que as medidas elaboradas pelos commodities sejam baseadas no retorno do lucro, do investimento, isentando assim ao Estado de fornecer políticas públicas (papel que seria dele), desalojando a questão ambiental do espaço democrático e entregando ao capitalismo global.

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: RESISTÊNCIA E JUSTIÇA ECOLÓGICA

O conhecimento tradicional das comunidades amazônicas representam uma grande importância no que tange a conservação da biodiversidade e de seus recursos naturais. As populações que utilizam diretamente os recursos podem apresentar eficientes formas de manejo, aliando o uso à conservação da natureza. Comunidades estruturam seu uso da terra com base em regras informais e simbólicas, construídas historicamente e respeitadas coletivamente. Essas regras — como o respeito ao tempo de coleta, a delimitação não formal dos recursos, lagos e roçados, ou ainda os acordos comunitários de pesca — expressam formas de governança enraizadas na experiência local e nas necessidades de reprodução social dos grupos. Essas práticas, embora não codificadas juridicamente, configuram regimes complexos e eficazes de manejo dos recursos, articulando saber ecológico, territorialidade e modos próprios de organização. (Ravena & Costa, 2017)

A tentativa de impor regras estatais distanciadas da realidade local, (como o mercado de carbono onde se mostra no âmbito do capital como meio de proteção da floresta) enfraquecem os arranjos naturais dessas comunidades, gerando conflitos e insegurança. Assim, o saber tradicional não é apenas um legado cultural, mas uma ferramenta estratégica no combate a perda da biodiversidade e no sentido real da sustentabilidade. (Ravena & Costa, 2017)

Portanto, o reconhecimento e a validação do conhecimento tradicional associado à biodiversidade presente em territórios amazônicos são cruciais para o desenvolvimento de estratégias institucionais que permitam a continuidade das práticas de conservação dos povos e comunidades tradicionais atendendo, assim, de acordo com os dispositivos mencionados no Artigo 8º da Convenção da Biodiversidade, sobretudo no tocante às contendas jurídicas estabelecidas entre os agentes do mercado e os povos e comunidades tradicionais amazônicas.



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

CONCLUSÃO

Neste artigo debatemos a posição da Amazônia no capital estrangeiro e local e os entraves no que tange a real conservação da biodiversidade. A Amazônia atua como periferia na dinâmica teórica do sistema-mundo, fornecendo em grande escala seus recursos naturais e mercantilizando-os conforme os interesses do capital transnacional em detrimento dos povos e comunidades locais.

Os mecanismos de mercado (mercado de carbono e ESG) ao invés de oferecerem soluções reais, aprofundam as desigualdades, pois sua atuação e implementação fragiliza os arranjos locais já existentes há séculos. O mercado de carbono, fictício e não concreto, coloca a biodiversidade dentro de um mercado onde as comunidades são incapazes de mensurar seus próprios recursos e ter o acesso ao conhecimento do que está sendo de fato negociado. As ESG's retiram do poder do estado a conservação da floresta e colocam-a à mercê da iniciativa privada que tem como objetivo principal o lucro, alinhado ao capitalismo global.

Há uma interdependência perversa de atividades econômicas não reguladas que está ameaçando a continuidade dos usos sustentáveis dos territórios. Mais que isso, ao destruir os ativos de bioeconomia presentes nos territórios à pressão realizadas pelo capitalismo global, como a atividade de mineração e pelas cadeias da soja e do óleo de palma findam por obstruir perspectivas virtuosas de que a bioeconomia e o mercado de carbono possam vir a ser uma alternativa segura dos povos e comunidades tradicionais.

As novas dimensões econômicas presentes na Bioeconomia e no Mercado de Carbono representam a possibilidade dos povos e comunidades tradicionais continuarem em seus territórios. A associação entre suas práticas de respeito à biodiversidade e de desenvolvimento de tecnologias sociais afetas à essas práticas serão também para a Bioeconomia e para o Mercado de Carbono. As cadeias de valor de commodities, sem regulação no nível do território, findam por estimular o desmatamento e o *land grabbing* por parte de agentes que se infiltram tanto nos territórios, como nas logísticas das cadeias de commodities e nas burocracias locais.

Diante deste cenário, reconhecer o saber tradicional como fundamento legítimo e eficaz para a gestão da biodiversidade não é apenas uma questão de justiça social, mas também de sustentabilidade real. O artigo 8º da Convenção da Biodiversidade retrata justamente o papel



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

do estado na *Conservação in situ*, isto é, na conservação dos ecossistemas naturais e habitats no próprio ambiente em que ocorrem.

“Respeitar, preservar e manter os conhecimentos, inovações e práticas das comunidades indígenas e locais com estilos de vida tradicionais relevantes para a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica e promover a aplicação mais ampla desses conhecimentos, inovações e práticas, com a aprovação e o envolvimento das comunidades que os detêm e incentivar a partilha equitativa dos benefícios decorrentes da utilização desses conhecimentos, inovações e práticas.”
(BRASIL, 1992)

Portanto, o fortalecimento dos direitos territoriais e dos sistemas próprios de governança das comunidades amazônicas deve ser inegociável em qualquer que seja a política pública ou instrumento internacional que se proponha preservar a Amazônia e sua biodiversidade.

DECLARAÇÃO

Durante a elaboração deste trabalho, os autores utilizaram a ferramenta ChatGPT 4.0 com o objetivo de pesquisa de referencial teórico e elaboração dos *Highlights*. Após o uso desta ferramenta, os autores revisaram e editaram o conteúdo conforme necessário e assumem total responsabilidade pelo conteúdo da publicação.

REFERÊNCIAS

AYRES, J. M.; CLUTTON-BROCK T. H. River boundaries and species range size in Amazonian primates. **The American Naturalist** 14:531– 537, 1992.

BRASIL. **Convenção sobre Diversidade Biológica**. Rio de Janeiro: Ministério do Meio Ambiente, 1992. Disponível em: <https://www.mma.gov.br>. Acesso em: 03 de jul de 2025

DIRZO, R. e RAVEN, PH. Estado global da biodiversidade e perda. **Revisão anual do meio ambiente e recursos**, 28, 137-167. 2003. <https://doi.org/10.1126/science.241.4872.1441>

LOHMANN, Larry. When markets are poison: learning about climate policy from the failures of neoliberalism. **The Corner House**, Briefing Paper n. 40, 2009. Disponível em: <https://www.thecornerhouse.org.uk/resource/when-markets-are-poison>. Acesso em: 03 de jul de 2025.



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

MITTERMEIER, R.; MITTERMEIER, C; BROOKS, T; PILGRIM, J; KONSTANT, W; FONSECA, G; KORMOS, C. Wilderness and Biodiversity Conservation. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**. 2003. DOI 100. 10309-13. 10.1073/pnas.1732458100.

POLANYI, Karl. **The Great Transformation: the political and economic origins of our time**. Boston: Beacon Press, 1944.

RAVENA, N.; CARDOZO P. P.; MARIN, R. E. A.; MOREIRA, F. S. A. A Cadeia de Alimentos na Amazônia: a quem serve a certificação? In: ALMEIDA, Alfredo WB de; ACEVEDO MARIN, Rosa; LOPEZ, J. **Megaproyectos, actos de Estado, pueblos y comunidades tradicionales**. Cali: Programa Editorial Universidad Autónoma de Occidente, 2020.

RAVENA, Nirvia; COSTA, Francimara Sousa. Territórios e cercas simbólicas em regimes de propriedades comuns na Amazônia. **GeoSul**. v. 32, n. 63, p. 159-178, 2017.

WALLERSTEIN, I. **The modern World System, II: Mercantilism and Consolidation of the European of the World-Economy**. New York and London. Academic Press, 1980

WALLERSTEIN, I. **O sistema mundial moderno. Vol. I: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI**. Porto: Ed. Afrontamentos. 1974

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System, Volume III: The Second Era of Great Expansion of the Capitalist World-Economy, 1730–1840s**. San Diego: Academic Press, 1988